



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

EMENDA N.º - PLEN (DE REDAÇÃO)

(ao PL nº 3.045, de 2022)

Dê-se a seguinte redação ao art. 31 do PL n.º 3.045, de 2022:

"Art. 31. Para todos os efeitos legais, consideram-se equivalentes os cursos existentes na respectiva instituição com os cursos estabelecidos nesta lei, na data de sua publicação, a serem regulamentados por ato do Comandante-Geral de cada Corporação".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda de redação visa explicitar e dar clareza ao texto do art. 31 do PL nº 3.045, de 2022, uma vez que se pretende, com esse projeto, estabelecer determinados cursos como regra geral, com necessidade de equivalências. Todavia, a atual redação do art. 31 é ineficaz e pode resultar em prejuízo, inclusive financeiro, aos militares do Distrito Federal.

Com efeito, a Lei n.º 10.486, de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal, estabeleceu no inciso III do seu art. 3º, quais cursos são requisitos para o direito à certificação profissional, com efeito financeiro conforme a tabela II do Anexo desta Lei:

"III - o adicional de Certificação Profissional dos militares do Distrito Federal é composto pelo

somatório dos percentuais referentes a 1 (um) curso de formação, 1 (um) de especialização ou habilitação, 1 (um) de aperfeiçoamento e 1 (um) de altos estudos, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, constantes da Tabela II do Anexo II desta Lei;"

Importante ressaltar que a atual redação do PL não contempla o curso de altos estudos utilizado pelos militares do Distrito Federal, este substituído por outro com nova denominação. Assim, é necessária a equivalência proposta no art. 31 da proposição, redação que se busca aperfeiçoar por meio desta emenda.

A título de exemplo, com advento da Lei nº 12.086, de 2009, lei de promoções dos militares do DF, está prevista no seu artigo 105, a equivalência dos Cursos para os militares do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal, redação que não contempla os Policiais Militares do DF, conforme a seguir:

Art. 105. Para os efeitos do disposto no inciso I do art. 86, fica estabelecida a seguinte equivalência de cursos:

I - a Curso de Formação de Praça BM - CFP/BM, o Curso de Formação de Soldado BM - CFSd/BM;

II - a Curso de Aperfeiçoamento de Praça BM - CAP/BM, o Curso de Formação de Sargentos BM - CFS/BM;

III - a Curso de Altos Estudos para Praça BM - CAEP/BM, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos BM - CAS/BM; e

IV - a Curso de Formação, os cursos superiores exigidos para o ingresso dos militares dos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares Complementar - QOBM/Compl, de Saúde - QOBM/S e Capelães -

QOBM/Cpl.

Diante do exposto, propõe-se a presente emenda com a finalidade de deixar o texto mais claro e escoreito, sem alteração do mérito do dispositivo, de modo a afastar possíveis equívocos, obscuridades ou dúvidas na interpretação legislativa e jurídica, bem como na aplicação concreta da norma, evitando-se prejuízos remuneratório e financeiros aos militares do Distrito Federal.

Plenário do Senado Federal,

SENADOR IZALCI LUCAS
(PSDB/DF)